Sumário

PREFÁCIO 5
INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I — TEORIA GERAL DOS RECURSOS 15
1. Objetivo 15
2. Conceito de recurso 15
3. Classificação dos recursos 17
3.1. Recurso total e parcial 17
3.2. Recurso ordinário e extraordinário 22
3.3. Recurso de fundamentação livre e vinculada 24

CAPÍTULO II — JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 25
1. Conceito 25
2. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade 29
3. Objeto do juízo de admissibilidade 33
3.1. Requisitos genéricos (intrínsecos e extrínsecos) 34
3.1.1. Cabimento 34
3.1.2. Legitimidade para recorrer 37
3.1.3. Interesse em recorrer (utilidade-necessidade) 44
3.1.4. Tempestividade 47
3.1.5. Regularidade formal 49
3.1.6. Preparo 54
3.1.6.1. O preparo no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – Lei n. 11.636, de 28-12-2007 57

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.1.7. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer 58
3.2. Peculiaridades do juízo de admissibilidade dos recursos de estrito direito: requisitos específicos 61
3.2.1. Causas decididas 62
3.2.2. Única ou última instância 67
3.2.3. Natureza do pronunciamento judicial objeto do recurso 70
3.2.4. Prequestionamento 71
3.2.4.1. Escorço histórico 71
3.2.4.2. Significado de *prequestionamento* 71
3.2.4.3. Outras acepções de prequestionamento 77
3.2.4.4. Dispensa-se o prequestionamento? Um "falso problema" 79
3.2.4.5. Omissão, embargos de declaração e prequestionamento 84
3.2.4.6. Prequestionamento e a Súmula 456 do STF.. 86
3.2.5. Demonstração do cabimento – adequação (tipo recursal) 92
3.2.6. Admissibilidade parcial e vinculação 93
3.2.7. Breves considerações sobre a repercussão geral 94

CAPÍTULO III — EFEITOS DOS RECURSOS 99
1. Tipologia dos efeitos 99
1.1. Efeito devolutivo 101
1.1.1. O regime do efeito devolutivo no juízo da apelação ou nas "instâncias ordinárias" 106
1.2. O chamado efeito *translativo* 113
1.3. Operatividade do art. 516 do CPC – regra supérflua? 117
1.4. Efeito suspensivo – *ope legis* e *ope iudicis* 118
1.5. Efeitos substitutivo e rescindente – revisão da dicotomia clássica 123
1.6. Efeito expansivo (objetivo e subjetivo) 136

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO IV — GRAU DE COGNIÇÃO NO JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS 139
1. Distinção entre juízo de admissibilidade e mérito nos recursos de estrito direito 139
2. Cognição no juízo de mérito dos recursos extraordinários 142
2.1. Conceito de cognição 142
2.2. Objeto da cognição 144
2.2.1. Questão incidente (*incidenter tantum*) e questão principal (*principaliter*) 144
2.2.2. Questões de fato e de direito 152
2.2.3. Interpretação de cláusula contratual 165
2.2.4. Ofensa a princípio constitucional 166
3. Grau de cognição no juízo de mérito dos recursos excepcionais. 167
3.1. Função desempenhada pelo STF e pelas cortes superiores no Brasil 167
3.2. A dinâmica do *efeito devolutivo* nos recursos excepcionais e os limites da cognição dos tribunais superiores à luz do direito positivo brasileiro – inteligência da Súmula 456 do STF 173
3.3. Possibilidade de o tribunal superior decidir sob fundamento diverso do acórdão ou decisão recorrida e não suscitado pela parte – *causa de pedir aberta* 178
3.4. Possibilidade de decidir matéria estranha ao objeto do recurso 180
3.4.1. Translação das matérias de ordem pública e nulidades absolutas – *princípio inquisitório* 180
3.4.2. Direito superveniente. Aplicabilidade do art. 462 do CPC nas instâncias extraordinárias 184
3.4.3. Controle difuso de constitucionalidade no âmbito do STJ 186

CONCLUSÃO 189
BIBLIOGRAFIA 193

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br